

**NALINI, José Renato. *Ética Ambiental*.  
Campinas: Millennium, 2003. 376 p.**

O livro *Ética Ambiental*, de autoria do magistrado José Renato Nalini, constitui-se em uma referência para os que pretendem iniciar-se no estudo do Direito Ambiental. O racionamento de energia, tema notoriamente hodierno, é debatido como forma de economia dos recursos naturais, como por exemplo, a proposta de não utilização de aparelhos de ar condicionado visando-se, além da economia de energia, a diminuição da emissão da substância denominada cloroflurcarbono na atmosfera, que de forma cientificamente comprovada vem a comprometer a camada de ozônio, ocasionando a sua redução.

No âmbito da legalidade, o autor discute, com propriedade singular, a legislação ambiental e a postura do poder constituinte nacional de 1988 em relação à preservação do ecossistema brasileiro, que somente a partir da última década, veio ocupar maior relevância no tratamento da Sociedade Civil organizada, notadamente pelas manifestações de preocupação erigidas pelo Terceiro Setor, através das Organizações Não Governamentais (ONG's). Faz referência ao meio ambiente na Constituição Federal de 1988, bem como das mudanças ocorridas na Lei de Crimes Ambientais, que teve como consequência o abrandamento de penalizações, mesmo ante os protestos de ecologistas e técnicos em meio-ambiente.

Observa-se que o autor não propõe uma análise puramente jurídica, mas sim, uma proposta preponderantemente ética para a conscientização do cidadão no que relaciona-se ao tema, donde pode se inferir que eventual postura contrária a essa proposta seria uma desvalorização da própria Constituição Federal do país, pois, segundo o próprio autor, “*uma Constituição vale se dispuser da convicta adesão dos cidadãos sobre as quais incide*”.

Trata ainda de outros pontos convergentes ao tema proposto, como o uso apropriado da água, com opiniões práticas em prol da preservação desse patrimônio limitado, e além desses temas, fala sobre contaminação industrial, a biodiversidade e o lixo, que são analisados com percuciência, sob uma ótica pautada numa crítica apurada.

A cidade de São Paulo foi examinada num capítulo dedicado especificamente para a discussão de seus problemas, onde o autor ressalta uma seqüência de iniciativas que tentam 'fragmentar' a nuvem cinza e espessa dessa que é uma das cidades mais poluídas do mundo, evidenciando os principais projetos neste sentido, como por exemplo, a sugestão dada ao cidadão comum, propondo o ato de plantar ao menos uma árvore no universo

árido que caracteriza a capital paulista, onde os níveis de verde por habitante não alcançam a média de 4,6 metros quadrados por habitante, o que representa um terço do ideal aconselhado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a manutenção de uma vida saudável.

Assim, ao tratar também dos alimentos submetidos à modificação genética, denominados comumente 'transgênicos', fazendo referência à morte de 37 pessoas que consumiram alimentos geneticamente modificados nos Estados Unidos em 1989, e demonstrando ainda que a questão da soberania nacional concernente a Amazônia brasileira é uma preocupação fantasiosa, a obra destaca-se ao proporcionar ao leitor, através de uma disposição didática, a visão de uma dimensão concreta e, *cum grano salis*, permite afirmar tratar-se de obra dotada de notável conteúdo científico para os profissionais que pretendem obter conhecimentos no campo do Direito Ambiental através de uma visão holística do tema, merecendo ser lida por todos os operadores do direito que cultivem interesse pela matéria.

**Maurício Vissoto Neves**

*Pós-Graduando em Direito Civil (Família e Sucessões) e Processo Civil pelo Centro de Ensino Universitário de Maringá (CESUMAR) e Advogado em Maringá*